

● COMUNIDADES

ELEIÇÕES E VENEZUELA NO EPICENTRO

Na abertura
do Fórum
Madeira
Global,
os governantes
dirigiram
palavras
de apreço para
os emigrantes.
E vontade
para que
todos votem
nas próximas
eleições



O secretário de Estado das Comunidades regressou à Madeira para a iniciativa promovida pelo Governo Regional. FOTOS RUI SILVA/ASPRESS

MARIA CATARINA NUNES
mnunes@dnoticias.pt

Quando subiu ao palco do Centro de Congressos da Madeira, ontem, encarregado de arrancar o Fórum Madeira Global deste ano, Miguel Albuquerque optou por dispensar o discurso previamente escrito para o momento: “Trago um para ler, mas ontem [Festa do Chão da Lagoa] tive um dia muito intenso e cheguei à conclusão que não vou fazê-lo. Muitas vezes, os discursos lidos tornam-se mecânicos e formais”. Mas apesar de pautar-se por uma intervenção que definiria como “de olhos nos olhos e com afectividade”, o Presidente do Governo Regional não prescindiu, naturalmente, de “abordar questões de natureza política”. E que até arrancaram palmas entusiastas: “Reiterar que vamos apresentar, no momento oportuno, no

quadro da revisão constitucional e tendo em vista um parecer que pedimos, a reafirmação da necessidade dos nossos emigrantes terem a possibilidade de votar nas eleições regionais”. Albuquerque garantiu que avançará “tendo por base um parecer de um constitucionalista, mas sobretudo tendo em vista uma questão de justiça política”. E rematou: “Durante anos e anos o país viveu à custa das remessas dos emigrantes, sobretudo quando andam nas lousas revolucionárias, e quando é para os emigrantes participarem na vida regional ou nacional, há sempre problemas e dificuldades”.

Dificuldades essas que estarão prestes a desfazer-se, pelo menos algumas, de acordo com José Luís Carneiro. Como tem sido hábito em anos anteriores, o secretário de Estado das Comunidades viajou para a Madeira para participar nes-

ALTERAÇÕES VÃO PERMITIR VOTO DE EMIGRANTES VOTEM NAS NACIONAIS E NAS EUROPEIAS

te evento voltado para a diáspora, e promovido pelo Governo Regional através da Secretaria Regional de Educação. Antes da cerimónia, ainda no exterior, o governante falou à comunicação social sobre a intervenção que viria a fazer, destacando o futuro das leis eleitorais: a possibilidade dos emigrantes votarem para as eleições europeias, presidenciais e legislativas nacionais. Sobre as regionais, José Luís Carneiro disse que “a eleição para as assembleias regionais é uma deci-

são que cumpre, em primeiro lugar, aos órgãos regionais. A alteração às leis eleitorais é um poder da Assembleia da República, mas podem os poderes regionais propor a alteração, nomeadamente, abrindo as portas para a eleição de deputados nos parlamentos regionais com origem nas comunidades exteriores”.

Sobre as mudanças já em curso - para europeias, presidenciais e legislativas nacionais - o secretário de Estado das Comunidades afirmou que visam estreitar os direitos entre os portugueses da diáspora e os que vivem em Portugal. Alterações essas que, neste momento, só esperam a promulgação do Presidente da República: “Até final do ano os portugueses no estrangeiro vão ser notificados, é uma informação muito relevante para aqueles que estão cá agora a vir ao seu país”. Assim, nessa altura, explicou José Luís Carneiro,

aqueles que vivem fora de Portugal receberão uma notificação da administração eleitoral, para onde devem responder se “querem ficar na base de recenseamento no seu país, na sua terra de origem. Em função dessa decisão, consolida-se a base de recenseamento automático”. Espera-se que o mecanismo possa ainda ajudar a despistar votos perdidos: “Estamos a falar de um potencial que pode passar de 318 mil para mais de 1 milhão 380 mil recenseados no estrangeiro. Aquele um milhão de votos que ninguém sabia onde estavam, estão no estrangeiro, e passam a ter possibilidade de participar nos actos eleitorais do seu país”, acredita o governante. Entre as mudanças, disse o secretário de Estado, está a possibilidade dos duplos nacionais se candidatarem à Assembleia da República”.

Crise na Venezuela

E num encontro que serve para debater as questões prementes da comunidade portuguesa pelo mundo, numa altura em que a Venezuela atravessa uma das crises política, económica e social mais preocupantes dos últimos decénios, era esperado que os governantes guardassem palavras para os portugueses que regressaram e para aqueles que ainda permanecem no país sul-americano: "Há um conjunto de medidas, de políticas, que estão em curso e que aproximam os portugueses do seu país de origem, das suas regiões autónomas também de origem, e vamos dizer-lhes que estamos de braços abertos para aqueles que queiram regressar ao país", começou por dizer José Luís Carneiro, dirigindo-se sobretudo "àqueles que têm as vidas estabelecidas na Venezuela". O secretário de Estado apontou algumas dessas medidas: "Temos já, na Venezuela, dois conservadores do Registo e de Notariado para que a obtenção da nacionalidade portuguesa ocorra de forma mais célere; está aberto o concurso para a admissão de novos funcionários para reforços dos meios humanos [nos consulados]; houve a decisão para que toda a receita cobrada na Venezuela fique no país, para apoiar as associações e as famílias; há ainda o projecto para os médicos luso-venezuelanos, um esforço da sociedade civil que está a ser financiado pelo Estado português, para garantir apoio na área da Saúde e na triagem relativa às necessidades de medicamentos". Mas o secretário vai mais longe e garante que "o que foi [previamente] assumido será cumprido", incluindo a tranche financeira. Ainda por resolver, está também o processo de equivalências universitárias, que "ainda manifesta dificuldades no âmbito da Medicina", assim como "áreas ligadas à habitação, também em diálogo entre o Governos, Segurança Social e Saúde". Para a Segurança Social, Carneiro sublinha o "reforço, nestes dois últimos anos e meio, de 27% de transferências sociais para apoio a famílias carenciadas com regresso da Venezuela". E na Saúde, o compromisso de "comparticipar em um terço das despesas e dos impactos, com o limite de um milhão de euros". Temas já "resolvidos" são, então, o dos "indocumentados" - pessoas que regressavam sem documentos, numa cooperação com o Ministério da Justiça e com o da Administração Interna, assim como o da "língua e formação, através do apoio do Instituto de Formação Profissional, do Continente e Madeira, e da contribuição de outras entidades". Miguel Albuquerque também se dirigiu aos emigrantes da Venezuela. Entre vários outros temas o presidente falou da urgência de "desburocratizar" o país, factor "decisivo neste fluxo de regresso da Venezuela".



O evento contou com cerca de 120 pessoas para debater realidade e desafios da emigração.

ALBUQUERQUE QUER PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS NAS ELEIÇÕES REGIONAIS

la, para que estas pessoas integrem a vida activa aqui na Região", de forma mais célebre.

Madeira no centro da aldeia global

E porque o Fórum se chama Madeira Global, o presidente do Governo Regional lembrou a importância de Portugal no mundo: "O primeiro país a fazer aquilo que hoje se chama globalização. E a matriz da globalização foi aqui na Madeira. Foi a partir da colonização e da descoberta destas ilhas que se iniciou a grande saga de Portugal pelo mundo". Tema esse que seria, mais tarde, desenvolvido por José Eduardo Franco, já depois da actuação do Grupo Dancando com a Diferença e de um 'coffe-break'. Foi durante essa pausa, momentos antes do historiador desfiar o tema "600 Anos do Descobrimento da Madeira e as Nossas Comunidades", que conversou com o DIÁRIO: "A Madeira tornou-se uma das chaves, das plataformas de lançamento, desse processo de globalização. [A descoberta oficial da Madeira] é o início oficial desse processo de estabelecimento dos portugueses no mundo". Isto porque, até então, "o mundo vivia compartimentado, os povos não interagiam, não se conheciam. Com as viagens marítimas rasgaram-se os caminhos dos mares e começa o processo de aproximação dos povos, da interacção entre as culturas, entre as religiões... Marca o início da primeira globalização". E, diz o especialista, "não nos podemos entender hoje como aldeia global sem esse processo no qual a Madeira foi um dos pontos nevralgicos. Daí que seja importante situar a diáspora madeirense nesse processo de globalização".

O secretário regional da Educação, Jorge Carvalho, e o presidente da Assembleia Legislativa, Tranquada Gomes, também participaram no encontro.

CONCLUSÕES DO FÓRUM MADEIRA GLOBAL

■ "A importância de envolver a diáspora madeirense nas comemorações dos 600 anos do descobrimento do Porto Santo e da Madeira", foi a primeira das conclusões do Fórum Madeira Global que reuniu, ontem, representantes das diversas comunidades madeirenses espalhadas pelo mundo. As comunidades querem participar nas comemorações dos 600 Anos e propõem que seja organizada uma exposição itinerante que percorra as principais cidades onde residem madeirenses. Para 2020, é proposto um "grande en-

contro da Diáspora 600 anos". O fórum voltou a defender o direito de voto dos emigrantes nas eleições regionais: "Reconhecendo a unicidade da cidadania portuguesa, consagrada na Constituição, evidência a urgência de consagrar a qualidade de cidadão madeirense, consagrando a extensão do direito do voto mas eleições para a ALM aos cidadãos madeirenses residentes fora do território da Região, através da alteração da lei eleitoral e do Estatuto Político-Administrativo". Foi ainda destacada a participação

cívica e política nos países de acolhimento, com referência especial à eleição de Diogo Rodrigues para mayor de Bridgewater e de Carlos Castro como mayor de Crowley, no Reino Unido. Foi novamente sugerida a criação de uma Secretaria Regional da Diáspora Madeirense. Um dos principais pontos das conclusões, motivo de um aplauso especial da assembleia, foi a "solidariedade incondicional" manifestada à comunidade residente na Venezuela. O fórum saúda a cooperação entre

os governos regional e nacional e recorda "os compromissos de ajuda a aos que residem naquele país e aos que entendam regressar". O Fórum Madeira Global defende esforços redobrados das administrações, nacional, regional e local, "no sentido de encontrar soluções para situações excepcionais, ao nível da saúde, educação e habitação, para a integração dos que regressam à Madeira. O fórum saúda a ordenação episcopal de D. José Tolentino Mendonça que foi o conferencista convidado do fórum em 2017. JFS